



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



## QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 200123-2

041

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA

PACIENTE: FAGNER DE JESUS DIAS MARQUES

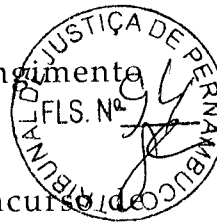
RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. EXCESSO DE PRAZO. RELAXAMENTO DE PRISÃO. INACOLHIDO. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. *In casu*, há de ser ressaltada a contribuição da própria defesa para o atraso na conclusão da instrução, tendo em vista o não comparecimento a um dos atos processuais, retardando de forma significativa a conclusão do processo. Por outro lado, a instrução criminal se encontra praticamente finda, restando apenas a ouvida

da vítima, não se vislumbrando, pois, o alegado constrangimento ilegal.



2. O *modus operandi* utilizado para a prática do crime, em concurso de agentes e com uso de arma de fogo, evidencia a periculosidade e o destemor dos autores do crime, demonstrando a necessidade da custódia cautelar.

042

3. Atributos pessoais são irrelevantes para ilidir a prisão cautelar, quando existentes os requisitos ensejadores da segregação, o que, *in casu*, restou claramente demonstrado.

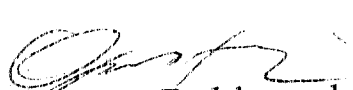
4. Ordem denegada. Unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 200123-2 onde figura como paciente Fagner de Jesus Dias Marques, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de habeas corpus pleiteada**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

043

PROCESSO Nº 200123-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA

PACIENTE: FAGNER DE JESUS DIAS MARQUES

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

**RELATÓRIO**

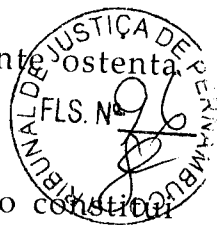
O Defensor Público Francisco de Assis Nascimento Nóbrega impetra o presente *habeas corpus* com pedido de liminar em favor de **FAGNER DE JESUS DIAS MARQUES**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Recife.

O impetrante alega que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 13 de abril de 2009, acusado de roubar um veículo, juntamente com outras duas pessoas, as quais portavam uma arma de fogo, tendo sido enquadrado no art. 157, §2º, I e II, do CP, encontrando-se recolhido em unidade prisional há 05 (cinco) meses.

Assevera que, em um primeiro momento, notificado da prisão em flagrante do paciente, o Defensor Público oficiante na Central de Flagrantes da Defensoria atravessou pedido de liberdade provisória, o qual restou indeferido pelo Juízo de 1º grau.

Sustenta que, em mutirão carcerário, foi formulado novo pedido de liberdade provisória, o qual, mais uma vez, restou indeferido pela

autoridade judicial, apesar do reconhecimento de que o paciente ostenta os atributos necessários à concessão do almejado benefício.



Argumenta, outrossim, que a gravidade do ilícito não constitui motivo para a recusa da concessão da esperada benesse.

044

Pleiteia, ademais, o relaxamento da prisão do paciente, tendo em vista o excesso de prazo para o encerramento da instrução processual.

O pedido de concessão de liminar restou indeferido por esta Relatoria às fls. 61/62.

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 69, colacionando aos fólios, entre outros expedientes, cópia da denúncia, dos pareceres do Ministério Público e da decisão denegatória do pedido de liberdade provisória/relaxamento de prisão às fls. 70/81.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 85/86, firmando o entendimento segundo o qual inexistente constrangimento ilegal a ser coibido através do presente *writ*, restando patente a necessidade de manutenção da custódia cautelar do paciente.

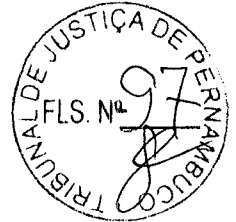
**É O RELATÓRIO.**

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 200123-2

045

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA

PACIENTE: FAGNER DE JESUS DIAS MARQUES

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

**VOTO**

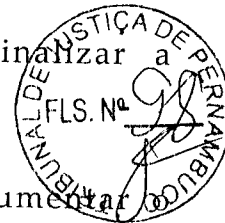
Consoante relatado, o impetrante pleiteia, o relaxamento da prisão em virtude do excesso de prazo ou a concessão da liberdade provisória, quer pela inexistência dos requisitos gizados no art. 310 do CPP, quer pelo fato de o paciente reunir os predicados exigidos pela legislação.

A impetração não merece acolhida.

Examinando os autos, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo. Verifico que o Juízo Processante vem dando o necessário impulso na direção do encerramento do feito, não dando azo ao relativo atraso no trâmite processual, mas, pelo contrário, de acordo com os informes, o último ato processual (audiência de instrução e julgamento) não se realizou em face da ausência da defesa.

Lado outro, em consulta realizada no sítio eletrônico do TJPE, observo que a audiência de instrução e julgamento foi redesignada, tendo sido efetivamente realizada no último dia

06/11/2009, restando apenas a ouvida da vítima para finalizar a instrução criminal.



Ora, como visto, não há, pois, como se argumentar o excesso de prazo, ainda mais quando a própria defesa colaborou para o retardamento no andamento do processo.

046

A respeito do tema, colaciono o seguinte precedente que corrobora o entendimento aqui esboçado:

Súmula 64 do STJ: *“Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo provocado pela defesa*

Relativamente ao pleito de concessão da liberdade provisória, tenho que, de igual forma, não merece amparo.

Observa-se, primeiramente, de acurada leitura das informações oficiais que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do tipo previsto no art. 157, §2º, I, II, c/c arts. 69 e 71 do CP e art. 1º da Lei nº 2.252/54. Portanto, ao paciente é imputada a prática em série de dois roubos qualificados pelo concurso de agentes e uso de arma de fogo e com a participação de menor de idade, cujas características afrontam a ordem pública.

Por certo que a gravidade abstrata do delito não pode servir de fundamento para a segregação cautelar, contudo, se extrai inegável periculosidade do *modus operandi* utilizado no crime, praticado com uso de arma de fogo, em concurso de agentes, um deles menor de idade, evidencia a periculosidade e o destemor dos autores do crime, demonstrando a necessidade da custódia cautelar.

A título de ilustração, colaciono excerto do bem lançado parecer da lavra do Exmo. Representante do Ministério Público, através do qual se manifestou pelo indeferimento do pedido de liberdade provisória às fls. 126/127:



(...)

*"O crime em exame foi perpetrado mediante uso de arma de fogo e em concurso de agentes, pondo em risco a incolumidade física de mais de uma vítima, dada a continuidade delitiva, bem como em concurso com o crime de corrupção de menores.*

*A despeito da existência de antecedentes criminais em desfavor do acusado, nos termos do art. 20, parágrafo único, do CPP, não podemos deixar de considerar que sua ação apresenta-se reprovável, seja pela cooptação de pessoa ainda em formação, para a prática de crimes, ou por ter colocado as vítimas em risco potenciais quando o adolescente apontava-lhes a arma de fogo visando as subtrações de seus pertences.*

047

(...)

Resta, pois, evidente que a prisão cautelar açoitada atende aos requisitos da garantia da ordem pública e por certo da instrução criminal, já que a conduta do paciente evidencia periculosidade.


Por derradeiro, insta salientar que o fato de o paciente reunir as condições pessoais exigidas para a concessão do benefício da liberdade provisória não constitui por si só, óbice à restrição da liberdade quando existentes os requisitos ensejadores da segregação, o que, *in casu*, restou claramente demonstrado.

Assim, justificada a necessidade e pertinência da custódia, satisfatoriamente fundamentada está a decisão que indeferiu a liberdade provisória ao paciente, por presentes as hipóteses do art. 312, do CPP.

Em vista de todo exposto, em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* pleiteada.

É COMO VOTO.

Recife, /S de dezembro de 2009.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

Relator